



DEFINIÇÃO DO OBJETO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 - Registro de preços para futura e eventual **Aquisição de Materiais para Construção**, do tipo maior percentual de desconto, com base na Tabela SINAPI, para atendimento dos setores da Prefeitura Municipal de Petrolândia/PE.

1.2 - O registro de preços se dará para futura e eventual aquisição de insumos utilizando como critério o “**maior desconto percentual**” tomando como referência a tabela **SINAPI/PE**, visando o atendimento das necessidades de manutenção e reparos de prédios públicos, pontes, vias públicas e estradas vicinais, de interesse do Município de Petrolândia/PE.

1.3 - O presente terá como referência o relatório de insumos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI disponibilizada pela Caixa Econômica Federal, sendo que a tabela utilizada deverá ser a desonerada atualizada para o Estado de Pernambuco (vigente).

2 - JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1 - A aquisição do objeto solicitado atenderá as necessidades das Secretarias Municipais visando manter o pleno funcionamento de suas atividades, contemplando a manutenção geral nos diversos setores do município, de complexidade variada visando o atendimento às demandas no suporte de suas ações oferecendo assim adequadas condições para a realização de suas atividades operacionais, atendendo dessa forma o princípio da eficiência, da legalidade como também da finalidade pública.

2.2 - O presente edital terá como referência o relatório de insumos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, denominada SINAPI e disponibilizada pela Caixa Econômica Federal, sendo que a tabela utilizada deverá ser a desonerada atualizada para o Estado de Pernambuco.



2.3 - O registro de preços para entrega do objeto garantirá o suprimento imediato, a cada oportunidade, isoladamente, ensejando-se a economicidade e a racionalização processual, assim como a agilidade no atendimento pretendido.

3 - DA JUSTIFICATIVA DE AQUISIÇÃO E USO DA TABELA

3.1 - Para atender as necessidades diárias para manutenção e reparos programados pelos setores aos prédios e demais locais públicos, há a necessidade de se ter um processo licitatório para aquisição de materiais para construção e demais itens relacionados ao objeto. Anualmente a administração municipal realiza diversos processos para este tipo de aquisição e sempre há falta de algum material. Isto porque, para começar o processo já há uma grande dificuldade em listar e estimar os materiais que serão necessários e em seguida, a dificuldade é em conseguir cotações de preços, seja por meio de empresas privadas, ou por meio de contratos administrativos públicos, pois é uma licitação com muitos produtos e na maioria das vezes, uns bem diferentes do que outros municípios costumam adquirir. Cada município possui uma particularidade de aquisição.

3.2 - SINAPI é a sigla para Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil. As tabelas SINAPI são um conjunto de dados técnicos elaborados pela Caixa Econômica Federal em conjunto com o IBGE. O objetivo delas é fornecer uma base de referência para orçamentos de construção civil. A tabela SINAPI é desenvolvida com base em diversas composições de custos, que representam os diferentes itens envolvidos no processo de construção civil. Cada composição de custo é elaborada com base em uma técnica específica de cálculo, que leva em consideração diversos fatores relacionados ao item em questão.

3.3 - Entende-se que a utilização da tabela SINAPI seria, a princípio, suficiente para referenciar os valores envolvidos na aquisição dos insumos necessários para atendimento dos setores envolvidos com a administração.

3.4 - A definição do preço unitário dos insumos será por meio da tabela SINAPI/PE, com a aplicação do percentual de desconto ofertado na licitação. O levantamento de preços deverá ser de acordo com a base do sistema de preços e custos da construção civil da Caixa Econômica Federal - SINAPI do Estado de Pernambuco/PE, desonerada, disponível em: <https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria>.



3.5 - Nos casos em que a tabela SINAPI não oferecer, eventualmente, custos unitários de insumos que se verificarem necessários, deverá ser utilizada pesquisa de mercado, devendo ser apurada a média entre três cotações e sobre ela aplicar o mesmo desconto ofertado na licitação. O assunto já foi tratado pelo TCU, conforme o seu Informativo de Licitações e Contratos:

“Vê-se, portanto, que nas situações em que não exista uma correspondência de preços (seja em decorrência de uma realidade mercadológica diferente daquela estimada pela tabela SINAPI, seja por condições técnicas especiais que ensejem a adoção de valor além daquele estabelecido), a pesquisa de mercado far-se-á necessária. Nestes casos, ela servirá não apenas como uma referência de preços mais realista para a Administração, mas também como justificativa para a não utilização da tabela em questão”.

3.6 - Em relação ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, a Caixa Econômica Federal é a responsável pela manutenção da base técnica de engenharia, a qual é resultado de pesquisas mensais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE sobre os custos e índices da construção civil.

3.7 - A Administração conta com profissionais aptos a realizar serviços gerais de construção. Contudo, não é possível estimar todos os produtos que serão necessários e utilizados durante o ano, razão pela qual torna-se mais adequado utilizar a tabela SINAPI, que conta com aproximadamente 5.000 insumos.

3.8 - Portanto, busca-se suprir as demandas de materiais e produtos para pequenas serviços, reformas, manutenções e obras realizadas de forma direta pela Administração. Tais insumos são essenciais para o desenvolvimento de quaisquer serviços realizadas por mão de obra da própria da Prefeitura, como reformas, construções, reparos, drenagem de vias urbanas, contenções de solo, pintura, redes, tubulações, dentre outras.

3.9 – A falta de materiais para a execução de serviços desta manutenção preventiva e corretiva é condição grave isto porque, a paralisação de um determinado serviço público pode ocasionar transtornos ao bom andamento das atividades públicas. A aquisição de materiais constantes da Tabela Sinapi se presta a promover a disponibilidade constante de contato de fornecimento para entrega imediata e ser enquadrada perfeitamente na solução desta demanda que tem natureza necessária e contínua para que não venham comprometer a ordem e causar prejuízos para a Administração.



3.10 - Há de se levar em consideração que o objeto da contratação será executado, principalmente, em ambiente público, cuja atividade fim é a prestação de serviço de assistência à saúde, educação, assistência social, meio ambiente, urbanismo, administração o que requer um padrão de excelência e necessidade premente na sua execução, a fim de garantir qualidade no atendimento aos cidadãos com segurança e efetividade.

3.11 - Deve-se levar em consideração que as edificações estão sujeitas ao aparecimento de problemas decorrentes de seu desgaste natural devido ao uso, sistemas existentes e de outros componentes das edificações. Há serviços que são necessários para reporem as condições originais da edificação, e outros que visam à execução de instalações, dentro de determinados padrões de qualidade, que possibilitem uma melhor utilização das edificações. Tais serviços geram custos adicionais e imprevistos. Porém, independentemente dessas circunstâncias, procedimentos regulares e programados de manutenção são essenciais para a conservação e eficácia da destinação da edificação.

3.12 - As rotinas de manutenção evitam o surgimento da maioria dos problemas graves nas instalações e as deteriorações inesperadas, permitindo previsão segura de gastos periódicos e garantindo a continuidade dos serviços essenciais que usam as instalações prediais como suporte.

3.13 - O Município de Petrolândia/PE possui vários prédios em funcionamento para atendimento dos serviços públicos bem como assim, uma rede viária extensa exigindo a suas manutenções constantes com emprego de materiais. A manutenção das instalações prediais elétricas, hidráulicas, sanitárias, de águas pluviais e outras no mesmo nível de complexidade, devem ser inspecionadas periodicamente de modo a garantir-se a segurança dos usuários e das edificações mantendo-se um padrão regular de funcionamento. Ressalte-se que a aquisição de materiais e a contratação dos serviços por registro de preços do tipo maior desconto na tabela sinapi, proporciona maior agilidade no atendimento das demandas; evita a possibilidade de problemas de interrupção de serviços e finalmente concorre para a economia de ganho de escala por concentrar as despesas administrativas em uma Única contratação. Do lado da Administração Pública, por sua vez, há um ganho evidente na simplificação da fiscalização do contrato com a redução do número de contratos a serem fiscalizados, bem como na diminuição de trabalho gerado com suas renovações periódicas, podendo esse tempo economizado ser revertido para outras atividades meio, da administração, proporcionando uma melhor resposta de atendimento ao público interno e aos usuários.



3.13.1 - Assim, com base na tabela de insumos SINAPI atualizada, pois a mesma trata-se de uma tabela completa, contempla diversos materiais de construção, elétricos, hidráulicos e equipamentos, sem grandes restrições, que podem ser utilizadas em reparos nos prédios públicos e em inúmeras outras situações durante a vigência da ata, justifica-se sua utilização devido à grande variação de preços que vem ocorrendo no mercado da construção civil. Com as altas, as empresas não conseguem sustentar os preços ofertados nos processos licitatórios, e assim, pedindo desistência dos itens dos contratos ou atas de registro de preços e a administração acaba tendo prejuízo com itens fracassados e tendo gastos com a abertura de novos processos do mesmo objeto. Como a tabela é atualizada mensalmente, o tipo de lance por porcentagem de desconto acaba atendendo o valor de mercado, e as empresas licitantes estarão ofertando produtos a valores justos.

3.14 – Por outro lado, a formalização de Registro de Preços para eventual fornecimento de materiais de construção, justifica-se pela necessidade constante de aquisição destes aos diversos setores da municipalidade. Cabe frisar que o registro de preços será utilizado em razão de não se saber, previamente, o quantitativo efetivamente necessário para contratação, que se dará mediante necessidade e disponibilidade orçamentária.

3.15 - A utilização da tabela SINAPI como referência se deve pelo mesmo motivo, ou seja, por não ser possível prever todos os materiais de construção, que serão necessários ao longo da vigência da futura Ata de Registro de Preços, possibilitando assim que a Contratante adquira todo e qualquer material de construção, constante na referida tabela.

4 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1 - O critério de julgamento da licitação será pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** ofertado sobre a **TABELA SINAPI/PE** vigente, ou seja, o percentual de desconto ofertado pela licitante incidirá sobre a verba inicialmente prevista no Edital, cujo resultado será considerado o valor da proposta.

4.2 - O percentual de desconto não poderá ser alterado durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

5 - PRAZOS

5.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços referente a este Termo de Referência será até 31 de Dezembro de 2024 contados da data de assinatura, sendo prorrogável na forma da Lei nº 14.133/21.



5.2 - Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderão ser celebrados contratos administrativos para fornecimento dos bens e estes poderão ser prorrogados nos termos da Lei.

6 - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

6.1 - Bens comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (art. 6º, XIII da [Lei nº 14.133/2021](#)).

6.2 - Para a aquisição de bens comuns pelos órgãos da Administração Pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória a utilização da modalidade denominada pregão, na forma eletrônica (art. 6º, XLI da Lei nº 14.133/2021).

7 - DO PEDIDO, DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1 - A entrega será feita em remessa parcelada, à medida das necessidades do Município em endereço previamente informado pela secretaria responsável no perímetro urbano do Município de Petrolândia/PE, a ser indicado na “Ordem de Fornecimento - OS”.

7.2 - O departamento de Compras emitirá “Ordem de Fornecimento - OS”, a ser encaminhada à empresa contratada, preferencialmente por e-mail indicando o local para cada entrega;

7.3 - O prazo de entrega dos bens será de no máximo 02 (dois) dias úteis, contados da emissão e envio da Ordem de Fornecimento - OS;

7.4 - A entrega será realizada de segunda a sexta, preferencialmente no horário de 07:30 às 13:30 horas.

7.5 - Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



7.6 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7 - Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.7.1 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.8 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.9 - Os produtos do objeto poderão ser requisitados à Contratada separadamente, em ocasiões distintas, cada item na quantidade necessária, conforme a conveniência do Município.

8 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - São obrigações do Contratante:

8.1.1 - Proceder a condições estabelecidas nas constantes no edital;

8.1.2 - Conferir todos os orçamentos fornecidos pela contratada, se estão de acordo com a TABELA SINAPI, e com os descontos aplicados;

8.1.3 - Prestar ao contratado as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

8.1.4 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.5 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.6 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.7 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.8 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



8.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Detentora/Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Detentora/Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3 - A contratante se obriga ao cumprimento de todas as condições estabelecidas na Lei nº 14.133/21, ficando obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza — IR sobre qualquer forma de pagamento, inclusive pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços para entrega futura, com base no disposto no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/96 e na Instrução Normativa RFB no 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e suas respectivas alterações.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no presente TR, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4 - Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

9.1.7 - O contratado se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados pelo Município, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável, bem como a garantir a qualidade do objeto.

9.1.8 - O contratado se obriga ao cumprimento de todas as condições estabelecidas no Edital, inclusive emitindo os documentos fiscais (notas fiscais, faturas, recibos, etc.) em observância às regras de retenção estabelecidas pela legislação tributária, sob pena de não aceitação dos documentos por parte da contratante, com sua devolução para correção.



9.1.9 - É de obrigação da contratada, as despesas de frete, carga e descarga para entrega do objeto na sede urbana e rural do município de Petrolândia/PE.

10 - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11 - MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1 - Consoante o Art. 45 da Lei nº 9.784/99, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12 - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1 – O Gestor do contrato será nomeado no ato da assinatura do mesmo;

12.2 - Ficam responsáveis por fiscalizar a execução contratual, os servidores designados pela secretaria solicitante no ato de assinatura do contrato.

12.3 - O gestor e fiscais terão como dever:

12.3.1 - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

12.3.2 - Atender prontamente qualquer reclamação, exigência ou observações realizadas pela contratante;

12.3.3 - Avaliar os produtos no ato de entrega nos quesitos de qualidade, atentando para que todas as especificações constantes na descrição do produto sejam atendidas, as quais que vão atestar a boa qualidade do produto, tais como embalagem, qualidade, aspecto do produto, cor, odor, aparência e data de validade.



12.4 - Os fiscais serão responsáveis por acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.5 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei 14.133/2021.

12.6 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13 - DO PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14 – DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

14.1. O percentual de desconto é fixo e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas e o reequilíbrio se dará pela apresentação da tabela Sinapi atualizada.

15 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 - Não haverá exigência de garantia nos termos do Art. 96 da Lei n. 14.133/21, tendo em vista que o (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) após a entrega e aceitação definitiva do objeto.



16 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - O contratado/detentor que ensejar o retardamento da execução do serviço, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública contratante e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores deste órgão pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais previstas nos Arts. 155 e 156 da Lei 14.133/21 que tem aplicação subsidiária.

17 - DOS CRIMES E DAS PENALIDADES

Os crimes e as penalidades estão previstos no Art. 178 da Lei 14.133/2021 que remete ao Capítulo II-B do Código Penal Brasileiro, conforme detalhado no referido Artigo.

17.1 - O contratado/detentor que cometer fraude ao contrato (Art. 337-L do Capítulo II-B do Código Penal Brasileiro) ou que declarado inidôneo, venha contratar com a Administração Pública (Art. 337-M, §2º do Capítulo II-B do Código Penal Brasileiro) se sujeita às penas previstas no Art. 178 da Lei 14.133/2021, no que se refere aos crimes em licitações e contratos administrativos.

18 - ESTIMATIVA DE VALOR E COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DE DESCONTO

18.1 - O valor estimado foi definido após comparativo de gastos feitos pela Prefeitura Municipal de Petrolândia/PE, no último ano.

18.2 - O valor total informado para possível aquisição de insumos, trata-se de mera estimativa de consumo durante a vigência da Ata, não vinculando a Administração à utilização da sua totalidade.

18.3 - O custo total estimado para a aquisição de materiais / insumos / equipamentos, bem como outros necessários e entendidos como materiais de construção, durante o prazo de execução dos serviços, é de **R\$ 1.302.417,19** (Um milhão, trezentos e dois mil, quatrocentos e dezessete reais e dezenove centavos).

18.4 - O desconto deverá ser aplicado sobre os valores ofertados na Tabela SINAPI/PE vigente.

18.5 - No julgamento das propostas, atendidas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, será declarada vencedora a proposta que ofertar o maior percentual de desconto para o ceto.



18.6 - Não serão aceitas propostas em que o desconto sobre seja inferior ao percentual estabelecido na tabela constante do item 25 deste TR.

18.7 - Na porcentagem ofertada, os preços, além do lucro, deverão estar contemplando todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

18.8 - O percentual mínimo estimado foi estabelecido com base em Processo similar realizado por este Ente no último ano e em pesquisa em outros órgãos públicos em processos similares ao objeto deste termo de referência.

19 - DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS

19.1 - O preço dos materiais para entrega será calculado com base no percentual de desconto oferecido pela proponente vencedora sobre a tabela SINAPI/PE vigente na data da emissão da Autorização de Compras.

19.2 - O preço sobre o qual incidirá o percentual de desconto registrado será previamente confirmado pelo gestor e/ou fiscal do contrato/ata, com base nas atualizações fornecidas pela proponente vencedora conforme Termo de Referência.

19.3 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a proponente vencedora ficará obrigada a fornecer os materiais de acordo com o percentual de desconto registrado, nas quantidades indicadas em cada Autorização de Compras.

19.4 - A proponente vencedora não poderá, sem motivo justo, devidamente comprovado e informado, recusar-se a fornecer os produtos solicitados pela Prefeitura Municipal de Petrolândia/PE.

19.5 - Na hipótese do cancelamento do registro de preços do fornecedor, o município poderá convocar os demais fornecedores subsequentes de acordo com a classificação final.



19.6 - Os materiais serão devolvidos na hipótese de apresentarem quaisquer irregularidades, não corresponderem às especificações solicitadas ou do Termo de Referência ou estarem fora dos padrões determinados, devendo ser substituídos pela proponente vencedora no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da notificação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

19.7 - Não se dando o fornecimento no prazo acima exposto, ficará sujeita às sanções administrativas dispostas no Edital.

20 - FORNECIMENTO DO OBJETO

20.1 - Todos os materiais fornecidos deverão ser novos, de primeira linha e sem uso prévio.

20.2 - Excepcionalmente, mediante justificativas por parte da CONTRATADA, poderá ser autorizada pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato, a substituição do material por outro similar.

20.3 - A CONTRATADA deverá apresentar orçamento ao Gestor e/ou Fiscal do Contrato, com o código do material/produto/equipamento igual ao que está TABELA SINAPI/PE vigente, que por sua vez fará as conferências e os levantamentos necessários não comprovação do preço praticado pela CONTRATADA em relação ao apresentado na TABELA SINAPI/PE e autorizará o fornecimento dos materiais.

20.4 - Quando o Gestor e/ou Fiscal do Contrato entender que os preços praticados pela CONTRATADA são desproporcionais em relação à TABELA SINAPI/PE, solicitará a adequação do orçamento fornecido SENDO QUE, todos os orçamentos deverão estar previamente aprovados pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato.

21 - ORÇAMENTO E APROVAÇÃO

21.1 - A cada pedido, será solicitado à CONTRATADA um orçamento que deverá ser preparado de forma detalhada, abrangendo nome e código do material / produto / equipamento solicitado, de acordo com a TABELA SINAPI/PE vigente.

21.2 - Após solicitação do orçamento prévio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo ao solicitante no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento (por meio eletrônico, ou outro ato passível de comprovação de recebimento);



21.3 - O gestor e/ou fiscal do contrato deverá conferir o orçamento apresentado, se está com os devidos descontos aplicados, de acordo com a ata de registro de preços e com a Tabela SINAPI/PE vigente.

21.4 - Os pedidos somente poderão ser executados após a aprovação da Autorização pelo Setor solicitante;

21.5 - O Gestor e/ou fiscal do Contrato poderá aceitar ou recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceita-lo parcialmente, comprometendo-se a CONTRATADA a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte.

21.6 - Em caso de ausência do item na Tabela SINAPI/PE, será realizada pesquisa de preços, para o registro de preço praticado por outros estabelecimentos e/ou orçamentos no comércio local, indicando a média de preços obtidos, valor este que será a base para a aplicação do desconto proposto.

21.7 - Após definida e realizada a pesquisa de preços, a Administração Municipal indicará, na autorização de fornecimento, a marca pesquisada, a qual deverá ser fornecida pela CONTRATADA, ou marca semelhante, desde que aprovada previamente pela CONTRATANTE.

21.8 - A CONTRATADA não poderá se recusar a fornecer os materiais solicitados na autorização de fornecimento, mesmo que em pequena quantidade.

21.9 - Todos os orçamentos deverão acompanhar a futura Nota Fiscal emitida pela contratada.

22 - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU DO CONTRATO

22.1 - A fiscalização da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato caberá aos servidores da área requisitante, a Administração Municipal poderá designar outro fiscal, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

22.2 - A ação de fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

23 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1 - As projeções das despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal para o exercício corrente, e serão informadas quando da elaboração da ATA/Contrato.



24 - DA NATUREZA DO PROCEDIMENTO

24.1 - O Presente Registro de Preços enquadra-se nas hipóteses de conveniência de aquisição de materiais e/ou produtos com previsão de entrega parcelada, bem como pelo fato de não ser possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pelo Município.

25 - ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL E PERCENTUAL DE DESCONTO

ITEM	DESCRIÇÃO	CLASSE	UNIDADE	PERCENTUAL DE DESCONTO MÍNIMO
1	Materiais de Alvenaria abrangendo blocos, tijolos, cimento, areia, brita, argamassas, cal e afins (baseados na Tabela SINAPI-PE)	DROP, ESCO, FUES, PARE, PAVI, SINA, REVE	UNID/TABELA	5%
2	Materiais de Ferro e Aço abrangendo tubos, chapas, telhas, arames, telas, vigas, vergalhões e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI-PE)	ESQV	UNID/TABELA	5%
3	Materiais Hidráulicos abrangendo tubos e conexões, aparelhos e metais, caixas e ralos, registros e válvulas, louças, torneiras, chuveiros e reservatórios e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI-PE)	ASTU, INHI	UNID/TABELA	5%
4	Materiais de Pintura abrangendo tintas, massas, impermeabilizantes, solventes e removedores, fundos e seladores, vernizes, silicones, adesivos e colas, pincéis, rolos e afins (baseados na Tabela SINAPI-PE)	PINT, PAVI "	UNID/TABELA	5%
5	Materiais de carpintaria e marcenaria, abrangendo madeiras, compensados, barrotes, caibros, tábuas, demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI-PE)	COBE, ESQV	UNID/TABELA	5%
6	Materiais de Pisos, Revestimentos e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI-PE)	PISO	UNID/TABELA	5%
7	Materiais de Janelas, Portas e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI-PE)	ESQV	UNID/TABELA	5%
8	Materiais de Telhas e Calhas e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI-PE)	COBE	UNID/TABELA	5%
9	Materiais de ferragens abrangendo dobradiças, fechaduras, trancas, pregos, parafusos, suportes, ganchos, arruelas e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI-PE)	ESQV	UNID/TABELA	5%
10	Ferramental em geral, mecânica, hidráulica, elétrica, equipamentos manuais e demais acessórios, complementos e afins (baseados na tabela SINAPI-PE)	CHOR	UNID/TABELA	5%
11	Materiais de Vidraçaria abrangendo vidros para janelas, espelhos, puxadores, massa para vidro, colas e demais acessórios, complementos e afins (baseado na Tabela SINAPI-PE)	ESQV	UNID/TABELA	5%

25.1 - LEGENDA DE CLASSE:

ASTU: assentamento de tubos e peças

COBE: cobertura

SINA: sinalização

ESQV: esquadrias/ferragens/vidros

FUES: fundações e estruturas

INEL: instalação elétrica/eletificação e iluminação externa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000
FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

INES: instalações especiais

INHI: instalações hidrossanitárias

PARE: paredes/painéis

PAVI: pavimentação PINT: pinturas PISO: pisos

REVE: revestimento e tratamento de superfícies

DROP: drenagem e obras de contenção

ESCO: escoramento

URBA: urbanismo

CHOR: máquinas e equipamentos

25.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.302.417,19** (Um milhão, trezentos e dois mil, quatrocentos e dezessete reais e dezenove centavos), conforme descrição abaixo.

ITEM	OBJETO	PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO A SER OFERTADO PELOS LICITANTES	VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO
1	Aquisição materiais de construção constantes da Tabela SINAPI-PE, conforme tabela acima	5%	R\$ 1.302.417,19

25.3 detalhamentos dos valores:

SECRETARIA	PERCENTUAL DESTINADO DO VALOR TOTAL A SER CONTRATADO	VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO
SERVIÇOS URBANOS	30%	R\$ 390.725,16

SECRETARIA	PERCENTUAL DESTINADO DO VALOR TOTAL A SER CONTRATADO	VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO
EDUCAÇÃO	30%	R\$ 390.725,16

SECRETARIA	PERCENTUAL DESTINADO DO VALOR TOTAL A SER CONTRATADO	VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO
Infraestrutura, Administração, Ação Social Cultura, Esporte e Lazer e Turismo	30%	R\$ 390.725,16

SECRETARIA	PERCENTUAL DESTINADO DO VALOR TOTAL A SER CONTRATADO	VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO
SAÚDE	10%	R\$ 130.241,71



26 - DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 - A administração espera obter os resultados de facilidade de aquisição de materiais e insumos, a fim de contribuir para a execução das obras e manutenções diretas, realizadas pela Prefeitura Municipal de Petrolândia/PE, contribuindo para assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos serviços públicos.

26.2 - A detentora da Ata deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

Petrolândia, 25 de Março de 2024

Equipe de Planejamento

Alex Sandro Dantas da Silva
Secretário Executivo de Infraestrutura
Portaria 335/2021
alexpretosandro@hotmail.com
Presidente

Emanoel Victor Santos De Souza
Diretor De Urbanismo
Portaria 350/2023
emanoel.souza@delmiro.ufal.br
Integrante Administrativo

Rosângela de Carvalho Souza
Assessor de Secretário
Matricula: 1842
zaninha_carvalho2@hotmail.com
Integrante Requisitante